

Senado aceita congelamento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Todos os funcionários do Congresso Nacional terão os seus salários congelados durante dois meses, a exemplo dos servidores que trabalham no Executivo. Ontem, a mesa diretora do Senado voltou atrás na decisão de não cumprir o decreto-lei assinado pelo presidente José Sarney, no dia 7, suspendendo o pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços) por dois meses para os funcionários públicos da União.

Em contrapartida, a mesa diretora do Senado decidiu que não irá reduzir 50% dos vencimentos dos funcionários do Legislativo que tenham outro emprego na iniciativa privada. Ou seja, vai continuar descumprindo outro decreto-lei do presidente Sarney, assinado naquele mesmo dia, exigindo dedicação exclusiva para que o servidor possa receber integralmente a sua gratificação funcional.

Na semana passada, logo depois do anúncio dos decretos-leis assinados por Sarney, o primeiro-secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), divulgou uma nota anunciando que não iria cumprir o congelamento por dois meses, por considerar que se tratava de interferência indevida no Legislativo. Ontem, a decisão da mesa diretora foi tomada sob protesto do senador baiano, que manteve o entendimento segundo o qual a aplicação das medidas adotadas pelo governo no Legislativo seria inconstitucional.

O primeiro-secretário afirmou, ainda, que o congelamento da URP para os servidores do Distrito Federal também é inconstitucional, "porque matérias que dizem respeito ao Distrito Federal também são de competência do Senado Federal".

ESTADO
SÃO PAULO
12 ABR 1988